

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ALINE VALENTIN DOS SANTOS



1290003860

TCC/UNICAMP
Sa59a
1290003860/FE

2007728

**AMPLIAÇÃO DO TEMPO DA CRIANÇA NA
ESCOLA: REFLEXÃO SOBRE OS CIEPS DE
AMERICANA**

CAMPINAS
2008

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

**Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação**

ALINE VALENTIN DOS SANTOS

**Ampliação do tempo da criança na escola:
Reflexão sobre os CIEPs de Americana**

Monografia apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, para a obtenção do título de licenciada em Pedagogia sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Dirce Djanira Pacheco e Zan.

Campinas

2008

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

© by Aline Valentin dos Santos, 2008.

UNIDADE.....	FE
Nº CHAMADA:	
TEC/UNICAMP	
Sa59a	
V:.....	EX:.....
TOMBO: 3860	
PROC: 148/09	
C:.....	D: X
PREÇO: 11,00	
DATA: 02/04/09	
Nº CPD:.....	

cod tit 434121

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Santos, Aline Valentin dos
Sa59a Ampliação do tempo da criança na escola : reflexão sobre os CIEPs de
Americana / Aline Valentin dos Santos. -- Campinas, SP : [s.n.], 2008.

Orientador : Dirce Djanira Pacheco e Zan.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Educação.

1.Centros Integrados de Educação Pública. 2.Programa de Formação
Integral da Criança.3. Ensino fundamental. 4. Educação de crianças. 5.Escolas
de tempo integral. 6. Ensino fundamental. I. Zan, Dirce Djanira Pacheco e. II.
Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

08-522-BFE

Orientadora: Professora Dr^a Dirce Djanira Pacheco e Zan

2º Leitora: Professora Dr^a Eliana da Silva Souza

**Dedico este trabalho à minha
família, aos meus amigos e a todos que
estiveram presentes durante estes
últimos meses.**

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me fortalecido e me ajudado a cada dia.

A minha família, em especial a minha mãe que me agüentou e me deu todo o apoio quando eu mais precisei, durante estes últimos meses.

Vinícius, meu querido namorado, que esteve ao meu lado e mesmo com o meu nervosismo, me apoiou e foi paciente comigo em todo o tempo.

A Prof. Dirce que me orientou, me ajudou demais, até os últimos minutos e prazos e esteve comigo ao pensar, construir e finalizar com êxito este trabalho. A Prof. Eliana que colaborou com a leitura e com as correções necessárias para a qualidade do trabalho. Sem o conhecimento, e na maioria das vezes, paciência, este trabalho não teria se concretizado.

A Bárbara, Juliana, Patrícia, Sheila e Marcelo, amigos da faculdade que estiveram sempre junto apoiando, ajudando e também correndo atrás para que tudo saísse no prazo certo. Sentirei muitas saudades de vocês e de tudo que vivemos durante estes quatro anos. A Grace, Tainá e Ilda, companheiras do trabalho que por muitas vezes me auxiliaram para que eu chegasse até aqui. A saudade já esta chegando, sentirei muita falta de vocês.

Enfim, a todos que foram citados, e se eu estiver me esquecido de alguém, agradeço pelo carinho, cuidado, conhecimento, amor e paciência durante a realização deste trabalho. Muito obrigada, por tudo.

"Há um tempo para deixar que as coisas aconteçam e um tempo para fazer com que as coisas aconteçam" Hugh Prather

RESUMO

O que significa ampliar o tempo da criança na escola foi uma das questões que nortearam este trabalho, e a partir dela, levantaram-se outras questões como a educação no período integral, para a criança de seis anos e em consequência, a inserção desta criança no ensino fundamental de nove anos.

A pesquisa foi feita através de levantamento bibliográfico, coleta de opiniões de professores e diretora dos CIEPs em Americana além de mães de alunos e reflexão sobre a prática da pesquisadora que atua com alunos dos CIEPs.

Foi feita uma reconstrução da história dos CIEPs desde a sua criação até os dias de hoje, em especial, na cidade de Americana; discorreu-se sobre a organização e planejamento curricular dos CIEPs; e enfatizou-se as diferentes vozes sobre a questão proposta inicialmente, inclusive a prática da pesquisadora com grupos de crianças que estão inseridas na educação integral.

As conclusões que são tiradas ao final deste trabalho é que apesar de todo um cuidado com a organização e o planejamento dos CIEPs, a educação integral que é oferecida por eles, ainda tem um caráter de cuidado assistencialista da infância, já que as crianças passam todo o dia na escola. Por outro lado, o maior tempo na escola pode também representar um mais tempo para a aprendizagem e uma abertura para a criança, da possibilidade de diversificação da formação da criança (para além das disciplinas clássicas do currículo).

Por último fica a seguinte questão: Para quem ampliar o tempo da criança na escola? Para as próprias crianças? Ou para seus pais?

Os principais personagens desta discussão, as crianças, ao passar a maior parte do tempo na escola, perdem o direito ao ócio e conseqüentemente de brincar e desfrutar de sua infância, portanto é importante, antes de qualquer coisa, analisar o que é melhor para elas e por que a educação integral ou ampliação do tempo na escola, questão que surge principalmente com o ensino fundamental de nove anos é uma das principais alternativas para solucionar os problemas na educação.

Este trabalho tem por objetivo aprofundar sobre estes temas e levar o leitor a uma reflexão sobre as questões aqui apresentadas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
I – CRIAÇÃO DOS CIEPs NO RIO DE JANEIRO E EM AMERICANA: PANORAMA POLÍTICO DOS ANOS DE 1980.....	2
II – IMPLANTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS CIEPs EM AMERICANA.....	10
1. Organização atual dos CIEPs em Americana.....	13
2. Currículo dos Ciclos de Formação.....	17
3. Organização dos Conteúdos.....	20
4. Estrutura Atual das Escolas.....	23
5. Oficinas.....	24
6. Avaliação.....	25
III – AMPLIAÇÃO DO TEMPO DA CRIANÇA NA ESCOLA: DIFERENTES OLHARES.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	40

INTRODUÇÃO

O que significa ampliar o tempo da criança na escola? Esta foi a pergunta que norteou o trabalho e através dela, foram surgindo outras indagações.

O tema, que iniciou a partir do ensino fundamental de nove anos e a crianças de 06 anos, foi sendo delimitado para a análise dos CIEPs em Americana e a partir daí surgiu a questão sobre a ampliação do tempo da criança na escola. A finalidade desta pesquisa é apresentar aos leitores, a educação em um território onde a proposta está em andamento e é um dos carros chefes da Administração Municipal de Americana, além de explorar as questões da ampliação do tempo da criança na escola, algo que acontece nos CIEPs através do período integral, implantado nos dois primeiros ciclos do ensino fundamental e com uma proposta diferenciada das escolas convencionais, que será apresentada posteriormente.

Este trabalho tem por objetivo responder a estas questões e aprofundar sobre o projeto dos CIEPs em Americana, sua criação, implantação e organização. Focará também o momento mais recente destas escolas em que se amplia o Ensino Fundamental para nove anos com a inclusão das crianças de 6 anos.

A metodologia utilizada para a pesquisa foi o levantamento bibliográfico, coleta de opiniões de professores e diretora dos CIEPs em Americana além de mães de alunos e reflexão sobre a prática da pesquisadora que atua com alunos dos CIEPs.

No primeiro capítulo será feita uma reconstrução da história dos CIEPs desde a sua criação até os dias de hoje, em especial, na cidade de Americana, além do panorama político dos anos 80, quando foram criados os primeiros CIEPs no Rio de Janeiro, o segundo capítulo discorrerá sobre a organização e planejamento curricular dos CIEPs, e no terceiro capítulo será discutida a questão proposta inicialmente e enfatizando as diferentes vozes (Mães, diretora, professores e alunos dos CIEPs), além da minha prática como educadora da educação não formal, que atua com as crianças do CIEP.

CAPÍTULO I - Criação dos CIEPs no Rio de Janeiro e em Americana: panorama político dos anos de 1980

Os CIEPs (Centro Integrados de Educação Pública) foram criados no início da década de 80 em meio a transições e transformações que movimentavam o país.

Neste período aconteciam mobilizações e greves na região do ABC, manifestações sobre a anistia, acontecimentos que refletiam diretamente na economia, já que esta se encontrava em recessão com altas taxas de desemprego e miséria.

A educação nos anos 80 passava por uma intensa agitação, reorganização, através de debates, artigos e associações de educadores que lutavam por mais verbas para a o ensino público. É através dessa movimentação que se intensifica que ocorreram mudanças na educação como, por exemplo, a luta contra a ditadura que contava com os educadores criticando as instituições e novas concepções pedagógicas que levavam apontavam para a necessidade da educação se pautar por uma linha "... libertadora, articulada com os interesses populares, com os interesses democráticos, com a democratização do país." (Saviani, 2007)

Em outubro de 1988, a Constituição Brasileira foi aprovada e juntamente com ela foi gestada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada apenas em 1996.

Com o início das eleições diretas para prefeitos e governadores, surgiu uma nova legislação partidária e por consequência, definiram-se vários partidos como, por exemplo, o PMDB, antigo MDB; PDS, sucessor da Arena; PTB de Ivete Vargas; PDT de Leonel Brizola e PT, partido de trabalhadores e intelectuais de esquerda.

As políticas educacionais dos governos de oposição eleitos em 1982 representaram uma ruptura com os governos militares e a partir deste momento, administradores e educadores denunciaram a forma como a escola excluía os

alunos, pautados principalmente pelos dados e estudos estatísticos da época. (Cunha, 1991).

Em contraponto, as políticas educacionais vinham com o objetivo de resolver as dificuldades da educação dentre as quais se destacavam a qualidade do ensino e a qualificação e remuneração do docente, algo que ainda motiva discussões nos dias atuais.

Entre os anos de 1987 e 1989 o INEP, juntamente com a ajuda da Fundação Carlos Chagas, promoveu uma pesquisa para mapear a educação do país e chegaram aos resultados de que havia desigualdades na educação de primeiro grau, principalmente entre as regiões sul e sudeste e em comparação com a região nordeste (Stock, 2004). Além de problemas como o baixo rendimento escolar, um dos problemas apontados era a pobreza e a forma como a escola trabalhava com ela.

No mesmo período em que essas pesquisas foram realizadas, o país passava por transições políticas e os partidos, observando as necessidades de resolver problemas educacionais para melhorar a situação do país, transformaram a educação na principal bandeira para seus programas.

Segundo Cunha (1991), o programa do PMDB, por exemplo, defendia um ensino obrigatório e gratuito de oito anos para a população em idade escolar e educação pré-primária para filhos de trabalhadores além de ampliar e melhorar as universidades oficiais e públicas. Já o PDT visava uma reforma educacional que garantisse o ensino gratuito a todos, reorganizando a rede escolar pública, oferecendo bolsas de estudos para estudantes pobres, ampliando as instituições de ensino superior gratuito e reduzindo a privatização no país garantindo a escola a todos que completassem o curso médio.

O que se podia notar neste período era que os partidos de esquerda lutavam por uma educação gratuita e de livre acesso a todos, enquanto partidos mais conservadores, defendiam um ensino onde as famílias pudessem escolher a melhor educação para seus filhos "... apresentando uma abertura para o ensino privado, incluindo as seguintes diretrizes sociais em seus programas de governo:" garantia de acesso a todos os níveis de ensino, fortalecendo a escola pública e

assegurando-se a família, a liberdade de escolher a educação desejada para os filhos.”” (Stock, 2004).

O PMDB, um partido constituído por diversas correntes de pensamento, tinha filiados que defendiam a privatização em vários segmentos. Apesar das contradições, este foi o partido escolhido por educadores que, entre 1983 e 1987, lutavam por mudanças a serem implantadas na educação dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, que tinham o PMDB como partido governante.

Algumas das experiências colocadas em prática neste período para melhorar a qualidade de ensino foram: o Edurural (Programa de Expansão e melhoria do ensino rural) e o Ciclo Básico (CB). No caso do primeiro programa - concretizado em 1980 através de patrocínio do Banco Mundial, e elaborado pelo governo federal – tinha por objetivo expandir e melhorar o ensino rural em nove estados da região Nordeste. Entretanto, segundo avaliações feitas na época, os objetivos do programa não foram atingidos. O CB tinha por objetivo unir as duas primeiras séries em um mesmo ciclo, aumentando assim o tempo para a alfabetização das crianças e eliminando a reprovação entre 1ª e 2ª séries. Este programa foi implementado nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro atingindo toda a rede pública estadual.

Em São Paulo, o Ciclo Básico foi efetivado a partir de 1984, porém recebeu muita crítica por parte dos diretores e supervisores de ensino que discordavam do que consideravam aprovação automática entre as duas primeiras séries do antigo 1º grau. Além disso, a maioria dos professores não aderiu ao programa, contribuindo para sua limitação. Já em Minas Gerais, a experiência foi feita em 1985 e encerrada em 1990, apresentando problemas muito similares aos do estado de São Paulo. No Rio de Janeiro, o programa foi implantado em 1978 e reformulado em 1985.

Durante esses anos, a jornada escolar foi aumentada como tentativa de melhorar a deficiência do ensino e o baixo aproveitamento do aluno. Pautado na tese de que o baixo aproveitamento do aluno e a deficiência do ensino se davam pelo tempo de permanência na escola, foi instituído em São Paulo o Profic (Programa de Formação Integral da Criança) em 1986, um ano após a criação e

funcionamento dos primeiros CIEPs do Rio de Janeiro. Porém a implantação do tempo integral nas escolas estaduais paulistas não se preocupou em adequar as estruturas da escola e capacitar os professores para as modificações feitas. O fato de não adequar as escolas para receber este programa foi um dos motivos apontados por diferentes educadores e pesquisadores, como principal razão para a inviabilização do projeto. A proposta tinha como objetivo suprir as deficiências da alfabetização, combate à evasão e repetência, fazer da escola um espaço assistencialista, para tirar as crianças da rua e atender as camadas mais pobres da população.

O Profic foi acusado pelos educadores, intelectuais da época, através de um boletim especial publicado pelo ANDE (Associação Nacional de Educação), com críticas ao programa, além de departamentos dentro da própria Secretaria Estadual de Educação, a Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana de São Paulo, que teve sua titular, Mirian Jorge Warde, demitida por fortes críticas que fez ao programa, de assistencialismo, um projeto de caráter emergencial e improvisado, que pretendia proteger a infância, mas a excluía do contexto social, mas como os CIEPs, nos debates em sua defesa, havia pessoas apaixonadas que o defendiam como alternativa na busca de melhoria da qualidade do ensino público.

No estado do Paraná foram feitas tentativas de ensino no período integral, assim como os CIEPs do Rio de Janeiro e o Profic de São Paulo. Estas experiências, nas cidades de Cascavel, se concretizaram com a construção de pavilhões para a prática de atividades esportivas, culturais, alimentação e atividades complementares para o prolongamento do horário escolar. Já na cidade de Curitiba, Roberto Requião (PMDB) implantou em 1986, escolas de 08 horas em toda a rede municipal. Seguindo a linha dos CIEPs do Rio de Janeiro e dentro deste novo modelo, algumas escolas já existentes no estado foram transformadas e outras seis novas unidades foram construídas para que nos novos pavilhões funcionassem os refeitórios, laboratórios, atividades complementares, áreas de serviço, lazer, sanitários e quadra (Stock, 2004).

Em 1983, Leonel de Moura Brizola do PDT, tomou posse do governo do estado do Rio de Janeiro com uma plataforma que elegia a educação como prioridade. Denunciava o mal estado da rede pública no Rio de Janeiro e afirmava ser a educação uma prioridade de seu governo. A educação respondia a ideologia política do PDT de Leonel Brizola. Para o então governador, a tragédia da educação se apresentava principalmente pelos prédios pichados e abandonados, pela ausência de vagas e a má qualidade de ensino. Para ele o fato das crianças passarem pouco tempo em casa e não terem uma assistência dos pais na resolução das tarefas era uma das principais causas da baixa qualidade do ensino. Defendia, portanto, que a educação fosse reparadora para as camadas mais pobres da população.

Pautando-se por estes argumentos, Brizola inseriu a idéia da necessidade de criação de um sistema educacional, incorporado ao seu Programa de Governo para a Educação. A partir deste programa, foi criada a Comissão Coordenadora de Educação e Cultura integrada às secretarias de educação do estado e do município que organizou, formulou e orientou a política educacional nas esferas estadual e municipal.

Para começar a resolver parte dos problemas na educação carioca, foram construídas três mil novas salas de aula, os professores foram treinados e material escolar e didático foi doado para alunos carentes. Houve a ampliação da rede estadual para o regime de período integral (CIEPs), a construção de casas da crianças, programa para analfabetos através da EJA (Educação de Jovens e Adultos) e criação de centros de experimentação pedagógica ou escolas de demonstração. Dentre essas medidas, as mais importantes foram a construção das salas de aula e a criação das escolas-parque, pois com isso o atendimento a crianças de 7 a 14 anos poderia ser estendido, principalmente com a chegada dos CIEPs, ou ensino em regime integral.

Visando a implantação dos CIEPs, o governo Brizola lança a campanha “Mãos a Obra” na qual os professores e diretores, iam para a comunidade (pais e alunos) para arrecadar doações de materiais de construção, para que, com a mão-de-obra oferecida pelo governo, a escola fosse reformada. Esta campanha,

segundo o “Livro dos CIEPs” de Darcy Ribeiro, favoreceu o trabalho voluntário e contou com o apoio financeiro da população carioca. Porém os professores recusaram este papel por achar que a fórmula teria insucesso, que o papel do Estado deveria ser mais provedor e que a educação precisaria ser encampada enquanto política pública.

Além desta campanha, o governo carioca também melhorou, com várias tentativas e arranjos para que as diretorias tivessem autonomia para a compra, a merenda escolar, algo considerado de extrema importância para os alunos. Junto com a merenda, foi criado o programa de distribuição diária de leite, que não era interrompido nas férias e era um benefício para regiões carentes da cidade do Rio de Janeiro. O transporte também foi um dos benefícios garantidos pelo governo Brizola, que através de decretos (nº 4.462 de 24/02/84 e nº 4.472 de 02/03/1984), obrigou a todas as linhas regulares de coletivos a dar passagem livre a todos os estudantes uniformizados, porém essa medida foi derrubada por uma liminar concedida aos empresários, donos das empresas de ônibus em 02/03/1984. Assim, este benefício foi modificado para o sistema de concessão de passes escolares a alunos carentes principalmente os de área rural.

Essas medidas faziam parte da plataforma de melhorias e compromisso com a educação, firmado pelo governo, que ainda levantava como bandeira, as escolas de período integral, a grande “revolução” da educação, que mais tarde viriam a ser os CIEPs.

Os CIEPs passaram a ser vistos como prioridade na área educacional do governo Brizola depois que os professores entraram em confronto com a administração na aplicação do programa, sendo o ponto que desencadeou a discussão, o projeto “Mãos à Obra nas Escolas”¹. O programa que visava melhorias na escola não foi aderido pelos professores e, além disso, desencadeou

¹ O projeto “Mãos à Obra nas Escolas” tinha como objetivo reformar os prédios escolares que já existiam “ O projeto consistia na arrecadação, pelos professores e diretores, de doações de materiais de construção frente comunidade (pais de alunos e comerciantes das adjacências da escola). O papel do governo seria fornecer a mão-de-obra para a execução do trabalho.” (Stock, 2004 p. 30)

uma série de críticas sobre o aumento de tempo da criança na escola, construção de novas escolas grandes e com metas definidas ao invés de investir e valorizar as que já existiam no bairro, além dos professores se sentirem, pelas novas orientações políticas, responsabilizados pelo fracasso e má qualidade de ensino, e alegarem que "... os argumentos usados pela administração não levavam em conta os aspectos estruturais do sistema em que a escola e os alunos estavam inseridos".(Cunha, 1995).

A posição dos professores, em relação ao sistema educacional e campanhas feitas no ensino do Rio de Janeiro é encarada da seguinte forma, pela fundação Darcy Ribeiro:

"Os professores tiveram medo de serem compelidos a trabalhar mais sem uma remuneração compatível e/ou desprestigiada a tarefa docente que vinham realizando nas escolas convencionais. Viram ameaçados seus direitos no que eram estimulados pela visão corporativistas que dominava os movimentos sindicais". (Barbosa, 1986).

Então, sem contar com o apoio do magistério e desconsiderando a idéia de discussões coletivas do programa de governo, a solução foi impor uma nova diretriz, recuperar toda a rede municipal e estadual, construir novas escolas, com novos paradigmas e com a verba necessária do governo por ser sua prioridade substancial. Neste período de transição, e com todos os esforços do governo carioca, surgem os CIEPs.

No 1º Programa Especial de Educação (PEE) foram construídos 68 CIEPs, poucos, se comparado ao número dos CIEPs que foram desmontados pelo governo anterior² e em seguida, reformados e resgatados no 2º PEE chegando a um número total de 500 unidades de CIEPs no término do 2º governo de Brizola no Rio de Janeiro.

² O governo anterior ao 2º governo de Leonel Brizola foi o de Wellington Moreira Franco do PMDB, que ganhou as eleições realizadas em 1986 do candidato a sucessão apoiado pelo partido de Brizola, o PDT, o criador da proposta dos CIEPs, o professor Darcy Ribeiro. O governador eleito em 1987, mesmo afirmando que as escolas de tempo integral eram uma conquista do povo fluminense, em seu governo o projeto foi abandonado e totalmente descaracterizado (Stock 2004, p. 43 e 44)

A administração posterior a de Brizola herdou 406 CIEPs (1° a 5° série) e 68 GPs (6° a 8° série e ensino médio). Os Gps (Ginásios Públicos) passaram a funcionar em 1995 como experiência, porém foram reformulados e mesmo assim não conseguiram atingir seus objetivos. Portanto, o ensino integral começou a atender e priorizar crianças até 12 anos, deixando fora deste período, os adolescentes antes atendidos pelos GPs.

CAPÍTULO II – Implantação e Organização dos CIEPs em Americana

Alguns fatores foram cruciais para a implantação dos CIEPs na cidade de Americana e foram amplamente usados pelo prefeito Waldemar Tebaldi do PDT. Os CIEPs, até certo ponto, se tornaram viáveis devido a crise econômica e social pela qual passava a cidade e o país, já que esta crise, que vinha desde os anos 70, apenas se agravou com os governos de Sarney e Collor no final da década de 80 e início dos anos 90.

A cidade de Americana vivia uma condição bem diferente, era uma cidade com muitos recursos financeiros e graves problemas sociais, que se disseminaram principalmente com a migração de pessoas de diferentes regiões do estado de São Paulo e do Brasil para a cidade, em busca de emprego e estabilidade financeira. Quando a busca não era bem sucedida, os desempregados fixavam moradia na cidade e assim ajudavam no crescimento das favelas, famílias sem teto morando debaixo de pontes e crianças desnutridas nas ruas sujas da cidade (Stock, 2004).

Os dados dessa época, segundo levantamento feito pelo Departamento de Promoção Social e Habitacional da cidade, hoje Secretaria de Promoção Social “... mostram que o número de barracos na cidade havia aumentado 400% em dois anos e que 40% dos favelados eram crianças de até 15 anos, portanto em idade escolar e que passavam grande parte do tempo nas ruas”. (Stock, 2004).

A falta de moradia e o crescimento populacional afetavam principalmente a periferia da cidade que passou a sofrer com a falta de vagas nas escolas. Segundo o diretor de Educação de Americana, no início dos anos 1990, havia uma grande diferença entre falta de vagas e superlotação das escolas já que no segundo caso, as escolas tinham capacidade de atender a todos os alunos, porém as salas ficavam com números de alunos acima do permitido por lei e pelo espaço físico. (Stock, 2004) Nos bairros Colina, Parque Gramado e Antônio Zanaga, as escolas estavam superlotadas e a medida encontrada para a solução dos problemas foi a construção de uma escola estadual e dois CIEPs (Zanaga e São Jerônimo). Mais tarde nos bairros do Mathiensen e Cidade Jardim, pelo fato de

sofrerem com a falta de vagas foi também construído o CIEP Cidade Jardim. Além dessas unidades, também foram liberados recursos para a implantação de um quarto CIEP, no bairro São Vito, fato que culminou discussões sobre necessidade real da implantação desta escola em um bairro que não sofria com a falta de vagas. Muitos questionavam a verdadeira intenção da construção da nova escola, insinuando que os interesses eram mais de ordem político-partidária (Stock, 2004).

Neste momento, a imprensa local defendia a iniciativa de implantação dos CIEPs. Mostrava através de reportagens, a dramática situação social e econômica da cidade e apontava que a solução da falta de vagas estava na construção de novas escolas. Outro fator importante na implantação dos CIEPs em Americana, foi a amizade entre o prefeito da cidade e o governador do Rio Leonel Brizola, ambos também do mesmo partido o PDT e "... que mobilizou o prefeito Waldemar Tebaldi a trazer os CIEPs para a cidade" (Stock, 2004 p.93).

As obras de construção dos CIEPs também giraram em torno de polêmicas já que foram obras ditas faraônicas, com um custo bastante elevado e que não respeitavam as condições básicas de funcionamento, como os exigidos pelo corpo de bombeiros. Como no Rio de Janeiro, antes que inaugurassem, os CIEPS estavam envoltos em polêmicas como atraso de obras, gastos excessivos com os prédios, localização das unidades, educação integral, além dos interesses que estavam por trás da iniciativa descrita como meramente política.

Quanto à aceitação por parte da população, as escolas eram bem aceitas sem qualquer conhecimento do projeto da escola, por causa dos altos investimentos feitos aos prédios da escola, a parte visual, e a propaganda volumosa feita pela administração municipal. As autoridades locais consideravam que o projeto resolveria problemas e desenvolveria a área educacional na cidade enquanto os professores municipais, estaduais e autoridades educacionais "observavam com desconfiança este empreendimento da administração municipal" (Stock, 2004 p.101).

O primeiro CIEP inaugurado em Americana em 24 de fevereiro de 1991 foi o CIEP Zanaga, que mais tarde receberia o nome da mãe do governador do Rio

de Janeiro, que esteve presente à inauguração com alguns familiares e o senador Darcy Ribeiro. O CIEP São Jerônimo, inaugurado no mesmo dia, não teve o mesmo destaque do primeiro. Na inauguração do primeiro, o governador fez um discurso defendendo as escolas em tempo integral.

O projeto dos CIEPs na cidade de Americana consistia em atender o ensino fundamental com crianças a partir dos 7 anos de idade e no horário das 7h30min às 17h, prevendo a permanência do aluno na escola através de um ensino organizado por diferentes disciplinas ou como são conhecidas atualmente, atividades-oficina³ e com reprovação anual. A partir do final do ano de 1991, o projeto também passou a atender classes de Educação de Jovens e Adultos, no período noturno. A população alvo dos CIEPs eram pessoas pobres, discriminadas pela pobreza e pelo uso de drogas, de regiões periféricas e de alta concentração demográfica.

Inicialmente, cada unidade teria a capacidade para atender 500 alunos, com 04 refeições diárias e as salas teriam um número limite de 30 alunos para a 1º série e o máximo de 35 alunos para as séries seguintes segundo o regimento interno dessas escolas.

O padrão de construção adotado em Americana, diferentemente do Rio de Janeiro, foi baseado no CIEP São Jerônimo, que possuía um prédio térreo projetado por arquitetos da prefeitura da cidade, com exceção do CIEP Zanaga que foi construído aos moldes das escolas do Rio de Janeiro.

A proposta pedagógica dos CIEPs herdou os eixos norteadores das escolas do Rio de Janeiro que davam ênfase a linguagem. O projeto pedagógico dos CIEPs esteve, desde seu início, articulado a busca por uma formação pautada pela formação global e de qualidade dos sujeitos. O CIEP, segundo diretora entrevistada para este trabalho, visa a formação do homem global com várias faces e aprendizados e tem uma proposta bem consolidada para alcançar este

³ As atividades-oficina estão inseridas no currículo de formação dos alunos do CIEP e vão de encontro ao conteúdo trabalhado em sala, isto é, estão interligados. Algumas oficinas oferecidas são: Inglês, Espanhol, Artes, Educação e Arte, Arte e expressão, Matemática, Leitura e interpretação, Balé, Xadrez, Informática, Laboratório, Judô, Música, Teatro e Esportes.

fim. No entanto, em Americana, a linguagem e os estudos sociais deveriam ser a base da proposta.

Organização atual dos CIEPs em Americana

Qual é o conteúdo adequado para a educação oferecida nos CIEPs? De que forma é organizada a proposta pedagógica e o currículo, principalmente das crianças ingressantes no 1º ano do Ensino Fundamental? Este nível de ensino está organizado em nove anos conforme mudanças mais recentes da política educacional? Essas são perguntas interessantes quando o assunto é a organização dos CIEPs na cidade de Americana no contexto atual

A partir da LDB de 1996, as escolas estaduais passaram a ter um órgão responsável, a Diretoria de Ensino Estadual e as escolas municipais, dentre as quais se incluem os CIEPs, passaram a ser administradas pela Secretaria de Educação, subordinada da Prefeitura Municipal. Além dessa mudança, com a LDB, os ciclos passaram a funcionar com a progressão continuada e o ensino fundamental passou a ser de nove anos. Essas alterações passaram a valer desde 1998 nos CIEPs de Americana, onde há mudanças no currículo, como a criação das classes de alfabetização para as crianças de seis anos, e o Ensino Fundamental está organizado em três ciclos de três anos cada: os dois primeiros (06 a 11 anos) oferecidos em período integral e o terceiro (12 a 14 anos) oferecido em período vespertino e noturno.

Em 2002, o novo Plano Municipal do Ensino trouxe dois novos eixos norteadores, além do que já existia e que foi herdado em 1991, dos CIEPs do Rio de Janeiro: a ênfase na linguagem dentro dos estudos sociais. Em Americana, o ensino da linguagem e estudos sociais deveria ser a base da proposta pedagógica, conciliando os novos princípios de “A Transdisciplinaridade” e a “Valorização das disciplinas de linguagem e de ciências” e assim ligando as disciplinas do currículo que não estavam ligadas aos estudos sociais.

Além dos eixos norteadores já existentes e que foram trazidos da proposta pedagógica dos CIEPS do Rio de Janeiro⁴, há alguns eixos que influenciam no currículo de Americana:

- ✓ Gestão democrática: descentraliza a direção e articula as organizações de parceiros da escola como o Conselho Escola-Comunidade (CEC) e o Grêmio Estudantil realizando assim a redemocratização das tomadas de decisões e do país;
- ✓ Adequação da escolarização ao universo infanto juvenil: Organizar os currículos e metodologias de ensino de acordo com as especificidades cognitivas, afetivas e sócio-culturais do processo de aprendizagem do aluno;
- ✓ Essencialização/Problematização dos conteúdos escolares e da mídia: Problematizar os conteúdos escolares e da mídia, de acordo com sua relevância sócio-política garantindo ao aluno uma formação crítica e contribuindo para a formação de sua cidadania;
- ✓ A valorização da cultura popular: Estudar a diversidade cultural levando em consideração as manifestações da cultura popular, sua dimensão estética, raízes políticas e sociais mostrando que a cultura vai além do folclore e é um reflexo da opressão e resistência à exclusão social construídas historicamente;
- ✓ A transdisciplinaridade: Superar o ensino fragmentado e neutro de intencionalidades através da interdisciplinaridade que funciona como uma resposta pedagógica consistente. Os temas geradores reorganizam e dão um novo significado aos conteúdos para que eles rompam os objetivos e ganhem relevância social;
- ✓ Disciplinas integradoras do currículo: As áreas de ciências exatas, físicas e biológicas são consideradas ferramentas para compreender e agir sobre a

⁴ A proposta pedagógica dos CIEPs era constituída pelo eixos norteadores expostos no "O livro dos CIEPs", Darcy Ribeiro, 1986 que eram: Vontade política: igualdade de oportunidades e aprendizagem; Gestão e decisão na (pela) escola: democratização das relações de poder com a criação de uma direção colegiada; Cultura; Essencialização dos conteúdos; Unificação dos conteúdos e métodos de ensino; Interdisciplinaridade e Avaliação.

sociedade nos âmbitos social, político, econômico e cultural, universos que o aluno se apropria através dos estudos da linguagem e ciências sociais.

Estes eixos estão presentes no documento “Regimento das Escolas Municipais do Ensino Fundamental: Decreto nº 5312 de 20/08/2001”. Neste mesmo documento, é apresentada a Proposta de Reforma e Reestruturação do Ensino Fundamental do ano de 2004, além do plano de carreira para o magistério público municipal. Tal documento foi distribuído pela Prefeitura Municipal de Americana, através da Secretaria de Educação a todos os professores da rede municipal de ensino, principalmente aos professores do CIEP, já que a apostila contém informações significativas e relevantes da história e criação da escola na cidade, além de direcionar o trabalho realizado nos ciclos de ensino pela direção e professores.

Atualmente, segundo diretora entrevistada, o currículo dos CIEPs está em transformação para se adaptar às necessidades das crianças atendidas por este modelo de ensino, e este currículo, está dividido entre as disciplinas pertencentes ao currículo tradicional - português, matemática, história, geografia, ciências - e as atividades-oficina, que estão interligadas aos conteúdos trabalhados. Algumas destas atividades-oficina são feitas por adesão. Já as oficinas que acontecem de 6º feira à tarde, são as únicas atividades da escola neste período, pois ocupam um horário em que não há aulas. As atividades-oficina oferecidas nos CIEPs são: inglês, espanhol, arte-educação, arte e expressão, matemática, leitura e interpretação, balé, xadrez, informática, capoeira, judô e laboratório.

A proposta pedagógica do CIEP, para as escolas da cidade de Americana, está disponibilizada no site da Secretaria de Educação do município e se apresenta da seguinte forma:

Os CIEPs têm como principais objetivos que seus alunos tenham um conhecimento ampliado com valores éticos e estéticos e através de seu currículo, elaborado para que os educandos possam compreender as relações sociais nas quais estão envolvidos. Todas as propostas curriculares, partindo da mais simples

disciplina à mais elaborada oficina extracurricular, devem ter como objetivo formar os alunos preparando-os para o exercício da cidadania.

Além de ter como foco o desenvolvimento social de cada aluno, os pontos diferenciais da proposta dos CIEPs, em comparação a outras escolas públicas, é que oferecem:

- ✓ Ensino regular em período integral, permitindo maior tempo da criança na escola;
- ✓ Desenvolvimento do pensamento reflexivo e crítico sobre fenômenos culturais, científicos e sociais, contribuindo para um processo de socialização do aluno e uma maior envolvimento com a comunidade através de um trabalho coletivo;
- ✓ Trabalhar para o resgate da auto-estima e aceitação de limitações para que o aluno supere dificuldades em especial as defasagens de aprendizagem;
- ✓ Trabalhar conteúdos escolares com o auxílio da mídia e de outros materiais de apoio que auxiliem o processo ensino-aprendizagem;
- ✓ Reconhecer e trabalhar com a importância do lúdico no cotidiano escolar;
- ✓ Formação continuada dos educadores envolvidos;
- ✓ Boa infra-estrutura, mantendo sempre a manutenção e conservação do prédio, mobiliário e equipamentos da escola;
- ✓ Resgatar a diversidade cultural, considerando a cultura popular local.

Segundo fala de Darcy Ribeiro (1986): "A Proposta Pedagógica dos CIEP's rompe com o isolamento da escola pública, para fazer dela uma promotora efetiva da maior participação das classes sociais. Os direitos das crianças devem ser respeitados..." A partir dessa fala, é importante destacar quais são os aspectos que norteiam a organização dos CIEPs e alguns deles estão na centralização das ações pedagógicas; assistência ao educando, de forma que além da

aprendizagem, a escola oferece cuidados assistenciais de alimentação e saúde; incentivo a leitura como ferramenta para o processo de ensino-aprendizagem; aulas de reforço com professores especializados para alunos com dificuldades de aprendizagem; reuniões pedagógicas semanais, com equipe interdisciplinar, priorizando o estudo e a avaliação semanal; trabalhar para que as atividades se encaixem no calendário escolar e cultural de forma a enriquecer o universo cultural do aluno.

São com esses princípios que os CIEPs, em especial os da cidade de Americana, mantêm a proposta pedagógica que os direciona, boa parte inspirada na proposta criada junto com os CIEPs do Rio de Janeiro, como citado no capítulo anterior, porém adaptada de acordo com a realidade e história da cidade, de cada bairro onde esses centros funcionam e visando atender da melhor forma, os alunos.

Currículo dos Ciclos de Formação

De acordo com a lei 9394/96, sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a União, juntamente com os estados, Distrito Federal e municípios, deve estabelecer as diretrizes e competências do currículo de todos os níveis da educação, para garantir uma formação básica comum a todos os educandos. Na mesma Lei, no art. 32 §1º, define-se que os sistemas de ensino, em particular o Ensino Fundamental, têm por objetivo garantir a formação básica. Para tanto, deve-se possibilitar o desenvolvimento da capacidade de aprender, respeitar a composição dos ambientes natural e social, do sistema político, o uso da tecnologia e das artes. Possibilitar ainda, o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, observando a aquisição de conhecimentos e habilidades, fortalecimento dos vínculos da família, laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca que é base da vida social.

Pautando-se por esta legislação, foram criados nos CIEPs de Americana os ciclos de formação com os seguintes objetivos:

- ✓ A escola como um processo de formação e não apenas de aprendizagem;
- ✓ Uma organização que envolva o gerenciamento do tempo, utilização do espaço, instrumentos culturais e coletividade ao redor do espaço escolar;
- ✓ Reformular os conceitos de ensinar e aprender além do conhecimento básico, pois conhecimento é direito de todos.

A proposta dos ciclos para o Ensino Fundamental, em especial os CIEPs, não vem como uma idéia redentora e contra a seriação, mas representa, até certo ponto, uma mudança na forma de organização da escola. No contexto dos ciclos aponta-se para a possibilidade de uma organização enquanto processo contínuo e que garanta atividades de ensino necessárias para o aprendizado e desenvolvimento do educando como indivíduo.

A Rede Municipal de Educação, da qual faz parte os CIEPs, estruturou o Sistema de ensino em ciclos, proposta que encerra a tentativa de se organizar um processo de ensino e aprendizagem que se adeque às características do desenvolvimento humano que é, essencialmente, diverso e que se efetue por idas e vindas, até que o educando constitua determinado conceito; entenda e utilize um sistema simbólico, utilize os conceitos formais para a compreensão da vida cotidiana; constitua formas novas de pensamento e se situe eticamente em relação ao conhecimento (Regimento das Escolas Municipais do Ensino Fundamental: Decreto nº 5312 de 20/08/2001, p.65). Os ciclos estão organizados da seguinte forma:

- 1º Ciclo: 1º ano – alunos que completam 06 anos
 - 2º ano – alunos que completam 07 anos
 - 3º ano – alunos que completam 08 anos
- 2º Ciclo: 1º ano – alunos que completam 09 anos
 - 2º ano – alunos que completam 10 anos
 - 3º ano – alunos que completam 11 anos
- 3º Ciclo: 1º ano – alunos que completam 12 anos
 - 2º ano – alunos que completam 13 anos
 - 3º ano – alunos que completam 14 anos.

Através do parecer CEB/CNE nº 04/98 instituiu-se, através da resolução nº 02/98 CEB/CNE, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e neste parecer, alguns pontos são esclarecidos como, por exemplo, que se deve garantir uma interação entre as várias áreas do conhecimento: Vida Cidadã, Língua Portuguesa, Língua Materna para Populações Indígenas e Imigrantes, Matemática, Ciências, Geografia, História, Língua Estrangeira, Educação Física e Ensino Religioso (instituído conforme art. 33 da LDB).

O Ensino Fundamental deve trabalhar organizado de forma que alunos e professores tenham acesso a conteúdos mínimos desses conhecimentos e valores citados acima. A parte diversificada das áreas de conhecimento devem seguir a Base Nacional Comum e ser organizada pelo próprio Sistema de Ensino que proporcionará aos alunos experiências educacionais essenciais e uma melhoria no processo ensino-aprendizagem.

Algumas perguntas parecem nortear a organização do currículo para a escola: Qual é o ponto de partida para o trabalho em sala de aula? Que princípios são importantes para a organização dos conteúdos escolares? O que é necessário para o planejamento curricular? Qual deve ser a estrutura das disciplinas tradicionalmente adotadas? Como fazer?

Para tornar a escola pública mais adequada, se assim pode se dizer deve haver uma nova dimensão para o ensino escolar, visando a prática social como ponto de partida e chegada do trabalho pedagógico e assim criar condições para a apropriação do conhecimento. Essa não é uma tentativa de deixar de lado as disciplinas tradicionais do ensino, mas repensar nestes conteúdos dando a eles uma abordagem mais viva, significativa, atrativa e adequada a realidade atual e as novas gerações. (Regimento das Escolas Municipais do Ensino Fundamental: Decreto nº 5312 de 20/08/2001, p.66).

E como ajudar aos alunos a globalizar o que é feito em sala de aula?

O homem global, expressão muito usada pela diretora entrevistada, é o principal foco do ensino dos CIEPs, ou seja, um aluno que associa os conteúdos aprendidos em sala de aula e nas oficinas com o seu cotidiano.

Segundo apostila fornecida aos professores pela Secretaria de Educação de Americana:

“O ensino globalizado busca propor caminhos para a totalidade do conhecimento com o intuito de superar o particularismo, para que o educando se perceba como parte integrante do universo. O aluno tem condições de através da observação da realidade, vivê-la e interpretá-la. Tudo o que nos cerca, as coisas as pessoas, o que é falado, as ações, pode ser lido. O aluno precisa observar e sentir tudo o que se passa ao seu redor”.

Depois que o aluno observa e associa fatos da realidade a outros fatos e acontecimentos, e com a construção de relações, compreende a realidade, se expressa, organiza suas opiniões e com este conjunto de ações tem uma aprendizagem globalizada.

Organização dos conteúdos

Dentro de uma linha de pensamento construtivista, onde se acredita que a inteligência humana se desenvolve a partir do princípio de que o desenvolvimento da mesma é determinado pelas ações mútuas entre o indivíduo e o meio e, portanto o homem não nasce inteligente, nem é passivo sob a influência do meio, mas ele reage aos estímulos externos para construir seu conhecimento de forma cada vez mais rica e elaborada, o papel do aluno não se contrapõe ao papel do professor já que este é responsável pelas construções feitas pelos alunos sejam mais amplas ou restritas.

É através da intervenção pedagógica que se estabelecem limites para a atividade mental de cada educando e isso é reforçado pela intervenção que é feita na Zona de Desenvolvimento Proximal, descoberta por Vygotsky ajudando o processo de construção de conhecimento do aluno.

Portanto os conteúdos estudados pelos alunos devem focar o universo social e histórico da criança, para transformar seus conceitos comuns em

conceitos científicos e assim cabe ao educador lidar com as situações didáticas, para tornar possível a retomada de conteúdos em situações diferentes.

Para que a organização de conteúdos aconteça, existem algumas formas de fazê-la que são, segundo o “Regimento das Escolas Municipais do Ensino Fundamental”:

- ✓ **Atividades Permanentes:** São situações didáticas propostas que acontecem durante um prazo determinado de tempo, dividido semanalmente ou quinzenalmente, com atividades regulares que podem ser leituras diárias feitas pelo professor, rodas de leitura, oficina e produção de textos, hora das notícias, discussão semanal dos conhecimentos adquiridos, pasta de textos, conta-contos com preparação prévia.
- ✓ **Atividades Seqüenciadas:** São situações didáticas articuladas que tem uma seqüência de realização e um certo nível de dificuldade, e vem depois do que já foi aprendido e realizado anteriormente. É variável e não fornece um produto predeterminado como as atividades de alfabetização, ensino para leitura e produção de textos de um determinado gênero, ensino de ortografia, gramática e observação dos fenômenos.
- ✓ **Situações Independentes:** São situações não planejadas que depois de um tempo ganham um sentido. Podem ser classificadas em: Ocasionais, quando um conteúdo é trabalhado sem relação ao que está sendo desenvolvido por ser significativo; Sistematização, quando não ocorrem com propósitos, mas tem ligação com os objetivos didáticos e com os conteúdos como, por exemplo, refletir sobre características e diferenças entre fábulas e contos, analisar características entre os diferentes textos publicados no jornal e erros de pontuação e regularidades ortográficas.

Na organização do currículo também existe a rede temática que é uma forma de trabalho onde é feito um levantamento de dados sobre a comunidade onde a escola está inserida, e depois disso são escolhidas situações e temas que mostrem os conhecimentos e posicionamentos da comunidade. Em discussão com os professores, constroem-se reflexões e buscam-se soluções.

Esse processo é importante por envolver educadores e comunidade por um tema em comum que são as questões levantadas sobre a realidade, vivida, percebida e concebida. Como é dito no documento sobre a proposta de reforma de currículo do Ensino Fundamental, “Mais do que um simples registro de processo, é um distanciamento e uma “releitura” coletiva da realidade em que a escola está inserida e passa a ser instrumento pedagógico indispensável para a construção de qualquer programação ou atividade pela escola”.

O que é percebido é que a parceria entre a escola e a comunidade onde ela está inserida, além de refletir nos conteúdos e no conhecimento adquirido pelos alunos na escola, é uma forma de trazer os pais, para uma participação efetiva na escola, para além da participação em reuniões ou conselhos. Os pais passam a serem encarados como sujeitos que contribuem para a construção do conhecimento que será adquirido por seus filhos.

Uma experiência que aconteceu em junho deste ano (2008), em uma das unidades do CIEP de Americana se deu com o envolvimento da comunidade que decidiu organizar, em conjunto com a escola, uma “festa junina diferente”. A festa foi intitulada de “Arraiá Ecológico” pois toda a decoração foi feita de materiais ecológicos e durante a preparação e a própria festa, foi trabalhada a conscientização sobre os cuidados com o meio ambiente e a coleta seletiva como recurso para a reciclagem, um projeto que é desenvolvido pela unidade de limpeza pública, vinculada a Prefeitura municipal. Sem o apoio e o trabalho da comunidade junto à escola, já que a escolha do tema foi uma ação conjunta entre as duas partes, este evento não aconteceria e não teria a repercussão e adesão da comunidade que teve. A comunidade, através do CEC (Conselho Escola Comunidade), se mobilizou com a questão ambiental, além da decoração com materiais recicláveis, com a conscientização no dia da festa onde havia os tambores de lixo com cores diferentes para cada material reciclável e foi feita a divulgação da coleta seletiva através de material informativo para que a população que ainda não aderiu a separação do lixo reciclável passasse a participar desta iniciativa da administração municipal.

Estrutura Atual das Escolas

Além do currículo dos CIEPs há outros fatores que constituem a estrutura de organização dessas escolas:

- ✓ **CEC – Conselho Escola Comunidade:** é um conselho de caráter deliberativo que colabora para o funcionamento da unidade escolar através da parceria Escola-Comunidade.

Composto por pais de alunos, conta com registro civil de pessoa jurídica, CGC, segue a legislação vigente e representa os interesses da comunidade junto a escola como mediador. Em uma das entrevistas feitas com mães de alunos, a mãe entrevistada fazia parte do CEC e avaliava este espaço como muito positivo, pois lhe permitia ter acesso às decisões tomadas e participar em cada uma delas além de considerar que através do Conselho, é possível pensar em mudanças no ensino e na melhor maneira de educar. Uma das funções do CEC, além da participação na tomada de decisões, é em arrecadar uma contribuição mensal facultativa através de festas, solenidades e realizações comunitárias para a aquisição de materiais escolares manutenção do prédio, todas em caráter emergencial para as quais não havia a destinação de recursos da Secretaria de Educação.

- ✓ **Equipe interdisciplinar:** É uma equipe que existe nas escolas de período integral (CIEPs e CAIC) que tem como objetivo garantir o cumprimento da proposta pedagógica e a promoção da interdisciplinaridade através de cinco membros supervisionados pelo pedagogo e/ou diretor. Estes, por sua vez, têm a responsabilidade de assegurar o desenvolvimento das atividades docentes e discentes de forma eficiente e dentro da proposta da Secretaria de Educação.

São funções⁵ da Equipe Interdisciplinar:

1. Acompanhamento do trabalho docente para a melhoria do processo ensino-aprendizagem e desenvolvimento do Plano escolar;
2. Promover a interação das diversas atividades e disciplinas;
3. Participar da elaboração e atualização do plano escolar;
4. Assegurar o processo democrático na tomada de decisões, discutindo questões de ordem pedagógica e administrativa;
5. Programar revisões pedagógicas com propostas de funcionários e professores, em favor do bom funcionamento da mesma;
6. Realizar a leitura e comentário dos textos de estudos;
7. Acompanhar e apoiar o desenvolvimento de Temas Transversais, projetos, eventos e comemorações;
8. Realizar pesquisas para reciclagem profissional e para dar apoio pedagógico aos professores;
9. Divulgação em geral das atividades desenvolvidas pela escola;
10. Propiciar momentos de sensibilização e harmonia através de atividades que elevem a auto-estima dos profissionais da escola;
11. Participar da organização de reuniões de pais, Conselhos de classe bimestrais e eventos oferecidos pela escola;
12. Representar a Equipe Técnico-Administrativa Pedagógica na ausência destes e com o aval da direção;
13. Divulgar e estimular a utilização de recursos didáticos pedagógicos visando a exploração de conteúdos de forma prazerosa e facilitadora.

Oficinas

Consideradas como o procedimento didático “carro-chefe” da educação em período integral, as oficinas são caracterizadas por buscar integrar teoria e

⁵ Dados extraídos da apostila “Regimento das Escolas Municipais do Ensino Fundamental: Decreto nº 5312 de 20/08/2001” que contém o Currículo – Proposta de Reforma e Reestruturação do Ensino Fundamental, 2004, p. 72

prática garantindo aos alunos um aprendizado completo e compartilhado. Tornam-se, portanto, a base para a produção de novos saberes, com o auxílio do professor numa perspectiva crítica e criativa.

Suas propostas partem da compreensão do homem e da mulher como agentes de transformação e visam a potencialização dos indivíduos em suas capacidades intelectuais e emocionais, produtoras de cultura.

O objetivo principal das oficinas é que haja interação entre os sujeitos dentro do processo ensino-aprendizagem. Além disso, pretende-se garantir que se trabalhe a autonomia, flexibilidade, expressão oral, criatividade, relação inter, e intrapessoal e trabalho em grupo, itens essenciais para a vida em sociedade.

O currículo das oficinas é autônomo, pois cada CIEP tem a liberdade de defini-lo de acordo com a comunidade atendida no local, porém as oficinas de Educação para a Reflexão e Recreação são comuns a todas as escolas. Além delas, são oferecidas nos CIEPs cursos e atividades de: balé; judô; xadrez; inglês; espanhol; arte- educação; arte e expressão; violão e viola; leitura e interpretação de texto; informática; laboratório; capoeira; arte de contar história. Com exceção das oficinas extracurriculares de Dança, Balé, Judô e Capoeira que são fora do horário das aulas, às sextas-feiras à tarde, no horário livre dos alunos e de reunião pedagógica dos educadores e direção da escola, e são abertas para os alunos interessados, as outras oficinas estão integradas ao currículo normal dos alunos e são oferecidas dentro do horário de 2° a 5° feira em período integral e 6° feira no período da manhã.

Avaliação

Dentro do currículo, há as avaliações, aplicadas bimestralmente e as notas são registradas na FADA (Ficha de Acompanhamento do Desenvolvimento do Aluno) que é o instrumento oficial de todos os registros feitos sobre o aluno dentro da escola. A finalidade desta ficha é possibilitar aos pais a visualização das condições de aprendizagem dos seus filhos, da situação educacional do aluno

dentro da unidade de ensino, registrando progressos, dificuldades e providências tomadas pela instituição.

Outro documento que é de registro de aprendizagem do aluno é o Portfólio que funciona como uma coletânea de trabalhos realizados durante um curso ou período e nele pode ser fixado visitas técnicas, resumos de textos, composições, trabalhos artísticos, projetos, relatórios, anotações, provas, testes, auto-avaliações e os documentos que forem necessários.

Essas diferentes formas de avaliação, como toda a organização dos CIEPs, estão amplamente expostas no documento entregue aos professores, funcionários e direção das escolas chamado “Regimento das Escolas Municipais do Ensino Fundamental: Decreto nº 5312 de 20/08/2001” que contém o Currículo – Proposta de Reforma e Reestruturação do Ensino Fundamental, elaborado no ano de 2004.

Após analisar a parte burocrática sobre a organização e planejamento dos CIEPs, a finalização segue com trecho da entrevista com uma das professoras de um CIEP sobre planejamento e envolvimento na construção do currículo:

“Ao preparar minhas aulas o importante é que as parceiras do mesmo ano/ciclo estejam juntas para que possamos trocar idéias, materiais a fim de preparar uma aula completa, já que em equipe o trabalho ficará mais completo (desde que as parceiras pensem parecido, com a mesma linha de ensino).

Quanto ao envolvimento no planejamento das oficinas extracurriculares, não tenho nenhum já que elas ocorrem fora do meu horário de trabalho.

Não concordo com a maneira que elas ocorrem porque deveriam estar atreladas ao currículo, sendo ministradas no período normal de aula, a fim de completar (enriquecer) a formação de todos os alunos, não só daqueles que podem ficar após a aula para participar dessas oficinas “.

Ao contrário do que é descrito, lido e apresentado pelos livros e apostilas da própria Secretaria de Educação, pensando nos CIEPs da cidade de Americana, o projeto pedagógico e o currículo são bem elaborados, porém não tem coincidido com a realidade das escolas e com o que acontece diariamente. Garantir a

aproximação entre teoria e prática, me parece que é o primeiro passo para que a organização dos CIEPs aconteça como o apresentado em suas propostas.

CAPÍTULO III - Ampliação do tempo da criança na escola: diferentes olhares

Uma das principais propostas dos CIEPs em Americana é que a educação seja de período integral para os dois primeiros ciclos escolares (1.1, 1º, 2º ano – 1º ciclo e 3º ao 5º ano – 2º ciclo), porém qual é a intencionalidade em deixar as crianças em período integral nas escolas? O que a escola tem a oferecer além do currículo tradicional? Ao encarar estas questões, o texto de Ana Maria Cavaliere pode nos ajudar na reflexão almejada:

A ampliação no tempo diário de escola pode ser entendida e justificada de diferentes formas: a) ampliação do tempo como forma de se alcançar melhores resultados da ação escolar sobre os indivíduos; b) ampliação do tempo como adequação da escola às novas condições da vida urbana, das famílias e particularmente da mulher; c) ampliação do tempo como parte integrante da mudança na própria concepção de educação escolar, isto é, no papel da escola na vida e na formação dos indivíduos. A última das alternativas acima é a que mais desafia o pensamento a uma reflexão educacional abrangente e, de certa forma engloba as anteriores "(Cavaliere, 2007)

Segundo a autora, a escola que amplia o seu tempo de ensino está proporcionando ao aluno a oportunidade de ter uma melhor formação como indivíduo e participar de um processo de transformação da concepção além da educação escolar além das outras formas apontadas por Cavaliere (2007). Mas como as mães dos alunos e os próprios alunos dos CIEPs vêem a ampliação do tempo escolar?

Em entrevistas feitas com mães de alunos dos CIEPs, e a partir de anotações no diário de campo de falas de alunos - crianças de 05 anos e meio a 06 anos - é possível detectar que a importância da educação integral está no maior tempo que a criança tem na escola. As mães consideram que, quanto mais tempo seus filhos estão na escola, mais eles aprendem, e melhor o ensino é "inculcado" em sua mente. As mães ainda defendem que quanto mais cedo a criança entra na escola e se inclui neste universo onde o ensino é focado a todo o tempo, melhor é o aprendizado desta criança.

Já as professoras entrevistadas, consideram que de uma maneira geral, o diferencial de uma escola de período integral são as oficinas oferecidas gratuitamente, contemplando principalmente a área de artes: a música e o teatro. As oficinas de esporte e xadrez também são valorizadas por elas, e acreditam que através dessas oficinas, abrem-se novas possibilidades para as crianças. Em uma das falas das professoras ainda é reforçado que: "O diferencial não está no ensino e sim nas atividades extracurriculares".

Junto a escola de período integral, recentemente foi também reduzida a idade de ingresso da criança nos CIEPs. Acatando uma orientação do governo federal, o ensino passou a ser estruturado em 9 anos com o ingresso aos seis anos de idade. Diferentes razões motivaram esta iniciativa do governo federal: interesse econômico, demandas sociais, etc. (Zan, 2005) Entretanto, é possível também vislumbrarmos tal medida como forma de ampliação do tempo das crianças na escola e no atendimento às demandas presentes na reivindicação pelo período integral.

A diminuição da idade para ingresso no Ensino Fundamental de 07 para 06 anos tem afetado o trabalho das professoras, pois algumas crianças de 06 anos, segundo elas, entram no 1º ano sem nunca ter tido atividades de alfabetização.

Elas deixam claro também que a sala do 1º ano do Ensino Fundamental de 09 anos, que atende as crianças nesta faixa etária, não tem por objetivo a alfabetização, mas sim colocar a criança em um processo mais centrado, no qual exista a presença do lúdico. Essa característica fica clara pelo regimento das escolas municipais que debate o currículo e no texto divulgado através do documento anteriormente citado, não há a existência de um currículo pensado para a criança de 06 anos no Ensino Fundamental. Segundo depoimento das professoras ouvidas para este trabalho, a única fidelidade e compromisso assumido é o de alfabetização associada com as atividades lúdicas. Ao contrário dos outros anos dos ciclos de formação, o primeiro ano não tem acesso às oficinas oferecidas nos CIEPs, que são as principais características da ampliação do tempo na escola, algo que também fica claro através das falas das professoras e mães de alunos do CIEP como em trecho da entrevista:

O seu filho frequenta todas ou algumas das atividades extracurriculares oferecidas pela escola? Estas atividades o ajudam em alguma disciplina ou em seu desempenho escolar? ⁶

- Preciso responder essa pergunta? Porque a escola não oferece nenhuma oficina para as crianças pequenas. (1)

- Não, porque na série dela não tem ainda aulas extracurriculares. (2)

Dentro deste nível de exigência mais lúdico, o tempo de concentração é mais curto por isso as mudanças de atividades são feitas com mais frequência e são mais “light” e mesmo sendo uma escola de período integral, só na parte da manhã acontecem as atividades com o caderno.

A conclusão que chegam as professoras é que as crianças precisam se concentrar mais nas diversas atividades que são propostas, mesmo que a atividade seja lúdica e com brincadeiras, e que muitas vezes sejam taxadas como perda de tempo, principalmente dentro da escola por alguns professores e pelos pais dos alunos.

Com relação aos impactos causados pela alteração de idade na alfabetização e desempenho escolar dos alunos, as professoras dizem que se comparar as crianças de 07 anos de “antigamente”, elas vinham com a coordenação motora e visual mais aprimorada, porém sem conhecimentos prévios de alfabetização e o processo naquela época era de cartilha. As crianças de hoje, já lêem corretamente, em algumas vezes, quando elas chegam a 1º série.

Portanto, segundo as mães e professoras entrevistadas, a educação integral só tem a acrescentar aos seus filhos e alunos que nela estão,, e assim elas aprovam as mudanças que estão sendo feitas por conta da implantação do ensino fundamental de nove anos, porém o que acham estes filhos?

Como estudante de pedagogia, realizo estágio em um órgão da Prefeitura do município de Americana há quase dois anos e dentre os grupos de convivência em que atuo, há um grupo que mais me chama a atenção, o grupo da “Sexta à Tarde” como é chamado pela equipe de trabalho. Por que este grupo chama a

⁶ Esta foi uma das perguntas do questionário destinado às mães de alunos do CIEP e as respostas que seguem são das duas mães entrevistadas, consecutivamente, que estão representadas pelos números 1 e 2.

atenção de todos que atuam com ele? Pela sua característica mais marcante de ser o grupo de alunos do período integral do CIEP e CAIC do bairro São Jerônimo e Jardim da Paz, respectivamente, que ao invés de frequentarem as oficinas extracurriculares, oferecidas pelas escolas, vêm para o grupo ligado à educação não formal.

As crianças deste grupo têm aulas no CIEP de 2º a 5º feira das 7h às 15h50min e de 6º feira das 7h às 12h, sendo o período da tarde destinado para a reunião pedagógica entre professores e direção da escola, além das atividades extracurriculares que acontecem na escola como oficinas de balé, xadrez e judô. O grupo em que atuo, com aproximadamente 20 crianças, participa do projeto Orientação e Vivência (POV) que acontece das 13h às 16h no CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), órgão pertencente à Secretaria de Promoção Social da Prefeitura de Americana, com atividades de artes cênicas e pedagógicas de leitura, escrita e trabalhos manuais. O local onde acontecem as atividades fica na mesma rua da escola e próximo as casas das crianças que participam do projeto.

A maior dificuldade que tenho, e compartilho com a equipe com a qual trabalho é a dificuldade de concentração destas crianças que se sentem lesadas por serem obrigados a participar de um grupo no único tempo livre que elas têm durante a semana. O que elas querem? Acredito que uma pergunta colocada por Kramer (2007) em seu texto se encaixa neste cotidiano, ou seja: “Quantos de nós, trabalhando com políticas públicas, nos projetos educacionais e nas práticas cotidianas, garantimos espaço para esse tipo de ação e interação da criança? Nossas creches pré-escolas e escolas têm oferecido condições para que as crianças produzam cultura? Nossas propostas curriculares garantem o tempo e o espaço para criar?” (p. 17).

As falas das crianças, na maioria das vezes são:

- Ler e escrever de novo? Mas eu já faço isso na escola, não quero fazer aqui!
- Eu quero brincar, já tenho que ficar na escola a semana inteira, agora eu quero me divertir!

- Eu só venho para cá porque a minha tia, minha mãe me obriga. Eu queria soltar pipa na rua, brincar de bola, andar por aí.

As crianças que estudam em tempo integral, segundo suas próprias falas, só querem ter direito ao ócio, a fazer o que elas quiserem sem seguir regras ou padrões impostos por pais e professores e fugir da organização do tempo que de tão organizado, se esqueceu que a criança tem o direito de brincar. Como nos lembra Kramer (2007):

"As crianças brincam, isso é o que as caracteriza. Construindo com pedaços, refazendo a partir de resíduos ou sobras (Benjamin, 1987b), na brincadeira, elas estabelecem novas relações e combinações. As crianças viram as coisas pelo avesso e, assim, revelam a possibilidade de criar. Uma cadeira de cabeça para baixo se torna barco, foguete, navio, trem, caminhão. Aprendemos, assim, com as crianças, que é possível mudar o rumo estabelecido das coisas (p. 16)".

O que tem afetado a estas crianças é que elas estão inseridas em uma sociedade, em especial a um bairro e a condições socioeconômicas, que muitas vezes as excluem, e ignoram a sua infância ainda não vivida. "Pode a criança deixar de ser *infans* (o que não fala) e adquirir voz num contexto que, por um lado, infantiliza jovens e adultos e empurra para frente o momento da maturidade e, por outro, os adultiza, jogando para trás a curta etapa da primeira infância?", pergunta Kramer (2007 p.16).

Além da negação ao direito a infância, deixada de lado pelos pais, que buscam a melhor educação para os filhos, outras vezes a mesma é ignorada pelo fato de que alguns responsáveis por crianças, em especial as atendidas pelo projeto Orientação e Vivência, querem se isentar da responsabilidade de educar um filho, de passar um tempo com ele ou necessitam trabalhar para garantir o sustento da família. Para isso, precisam de um lugar que cuide, ao mesmo tempo, do caráter social e educacional de seus filhos.

Uma pergunta que deve ser respondida ao pensar na criança dentro da educação integral é: Por que as crianças passam mais tempo na escola? Por que se almeja que elas passem mais tempo na escola?

Uma das respostas possíveis, colocadas no texto de Kramer (2007) sobre a permanência das crianças nas instituições problematiza que:

"Trata-se de um paradoxo duplo: os adultos permanecem cada vez mais tempo em casa graças à mudança nas formas de organização do trabalho e ao desemprego crescente, enquanto as crianças saem mais de casa, sobretudo por conta da sua crescente permanência nas instituições. Há, deste modo, como que uma troca de posições entre gerações. Este é um dos mais significativos efeitos gerados pelas mutações no mundo do trabalho" (Sarmiento, 2001 in Kramer, 2007 p. 21).

Refletir sobre a infância, antes mesmo de se adequar às novas regras para o ensino fundamental que coloca a criança de seis anos, obrigatoriamente na escola, de pensar sobre a ampliação do tempo na escola é fundamental para planejar o trabalho na creche, na escola e na implementação do currículo. Considerar o contexto de origem, seu desenvolvimento, acesso ao conhecimento e direito social de todas elas é necessário para nortear o trabalho com a infância, não ignorando o fato de que " A infância, mais que um estágio, é uma categoria da história: existe uma história humana porque o homem tem infância. As crianças brincam, isso é o que as caracteriza. Construindo com pedaços, refazendo a partir de resíduos ou sobras na brincadeira, elas estabelecem novas relações e combinações.(Benjamim,1987 in Kramer, 2007 p. 16).

O Ensino Fundamental de nove anos de duração passou a incluir as crianças de 06 anos em seu contexto, como apontado anteriormente, e essa mudança desperta em educadores e nos próprios pais a dúvida de que qual seria o melhor lugar para essas crianças, a educação infantil ou o ensino fundamental?

Essa pergunta é respondida quando se pensa que independente do lugar, o importante é planejar o trabalho que será realizado com estas crianças, levando em consideração que esta criança tem o direito de brincar e aprender, que as ações infantis são singulares e que há produção cultural nesta faixa etária. O cuidado que deve ser tomado é considerar que esses alunos, antes de assumirem seu papel em sala de aula e mesmo durante o desempenho do mesmo, continuam sendo crianças e por esse motivo, precisam de cuidados especializados. E é neste

momento que é necessário que “A inclusão de crianças de seis anos no ensino fundamental requer diálogo entre educação infantil e ensino fundamental, diálogo institucional e pedagógico, dentro da escola, entre as escolas, com alternativas curriculares claras” (Kramer, 2007).

Antes de tirar conclusões precipitadas, o importante é pensar na criança de seis anos, em seu direito à infância, no que é importante para seu aprendizado, para, a partir daí, pensar qual é o lugar desta criança e se o ensino fundamental de nove anos está preparado para recebê-la.

Após discutir sobre a infância e o ensino fundamental de nove anos, é importante, neste tópico levantar quais são as outras hipóteses que podem ser consideradas quando o assunto é ampliação do tempo da criança na escola. Este fato, se analisado o conteúdo histórico desde o início do século, está diretamente ligado ao novo tempo social, a cultura urbana, que traz junto a ela a escolarização em massa, as mulheres no mercado de trabalho, o “fim” do trabalho infantil e a organização das relações de trabalho.

Segundo Cavaliere (2007)

“... o tempo na escola é sempre função de diferentes interesses e forças que sobre ele atuam. Essas forças têm as mais diversas naturezas e origens, tais como o tipo de cultura familiar predominante, o tipo de visão acerca da formação geral da criança e do adolescente, o tipo de associação entre educação escolar e políticas públicas de assistência social ou de preparação para o trabalho... o tempo de escola é determinado por demandas que podem estar diretamente relacionadas ao bem-estar das crianças, ou às necessidades do Estado e da sociedade ou, ainda, a rotina e conforto dos adultos, sejam eles pais ou professores” (p. 1018).

Portanto, muito além de questões familiares e casos isolados, o aumento do tempo na escola tem suas raízes na organização da sociedade em geral.

A escola de tempo integral, por ter uma base histórica social deve redobrar os cuidados para que não seja uma escola convencional com o período estendido, ou tenha cunho assistencialista, mesmo que o aluno de tempo integral, dificilmente estará livre do espírito assistencialista ou de “atendimento” (Cavaliere, 2007) onde a escola é considerada um lugar para os desprivilegiados e por este motivo deve suprir todas as necessidades, educacionais ou não, assumindo o papel de família

onde o importante não é o conhecimento adquirido e sim a ocupação do tempo livre, enfim, dar um atendimento sem focar a aprendizagem. Além dessas há também, a hipótese de que ela seja uma instituição autoritária e de prevenção ao crime, já que mantêm seus alunos “presos” durante um longo período do dia e junto ao currículo regular, é focado a preparação e formação para o trabalho, mesmo que ainda no ensino fundamental.

Mas há as concepções que encaram a escola em tempo integral como um meio de proporcionar uma educação mais participativa culturalmente, com os conhecimentos aprofundados e o desenvolvimento do espírito crítico e democrático. A escola como uma porta para a emancipação.

Por último, a concepção de uma escola aonde o tempo integral vai para além dos muros de seu prédio, pois é feito junto a outras instituições. Pois é entendido que Estado por si só é incapaz de oferecer uma educação dentro do contexto contemporâneo que vivemos e que para que ela seja completa, seria necessário a ação em rede com parceiros de instituições não governamentais ou até mesmo, de educação não formal.

Ao pensar em minha prática como educadora, acredito que a ampliação do tempo da criança na escola, apesar de ter seus pontos positivos, ainda deve ser revista e melhor planejada, pois mesmo com o oferecimento de oficinas que fazem parte do currículo de formação, parece que não fica clara a parte “básica” da educação. Será que mesmo com um currículo rico em oficinas extracurriculares, isto excluindo as crianças de seis anos, nosso foco neste trabalho, a escola está ensinando os conceitos básicos de formação?

Atuando diretamente com crianças que estão nesta organização de ensino, mesmo que um número pequeno, se pensar em todos os alunos do CIEP, vejo as dificuldades de leitura, escrita, algo que é fundamental até mesmo para o aprendizado em outras áreas de formação e o desinteresse por oficinas que são oferecidas pela escola e talvez auxiliariam no aprendizado. Acredito que para que a educação integral aconteça e tenha êxito em todas as áreas, é necessário trazer para o cotidiano, o currículo pensado a partir da relação com questões próximas aos estudantes.

Finalizando essa discussão é importante salientar o que diz Cavaliere (2007):

“É a construção de uma proposta pedagógica para as escolas de tempo integral que repense as funções da instituição escolar na sociedade brasileira, que a fortaleça através de melhores equipamentos, do enriquecimento de suas atividades e das condições adequadas de estudo e trabalho para alunos e professores, o que poderá trazer algo de novo e que represente crescimento na qualidade de ensino educativo” (p.1032).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os CIEPs se constituíram em um determinado momento histórico e político na cidade do Rio de Janeiro. Posteriormente em Americana, estado de São Paulo, num contexto marcado por profundas mudanças sociais, a reformulação da educação passou a ser utilizada como o principal alvo dos programas dos partidos políticos para alcançar o poder.

No Rio de Janeiro, os CIEPs, que surgiram na década de 80, vinham com uma proposta de transformação social, voltados para uma maioria de estudantes de baixa renda. Era cômodo sugerir propostas de impacto e que chamassem a atenção da população, ainda mais se esta proposta atingisse o grande problema que já estava se tornando a educação no país, e em especial no Rio de Janeiro. Já na cidade de Americana, os CIEPs surgem depois que a cidade recebe um grande número de migrantes de outras regiões do país em busca de emprego e por este motivo a cidade, que era próspera e industrializada, passa a sofrer com grandes problemas na área social, e daí a necessidade de construção de mais escolas para atender as crianças que passavam a maior parte do tempo nas ruas da cidade. Pela cidade ser dirigida pelo mesmo partido do governador do Rio, o PDT, o projeto dos CIEPs foram os escolhidos para este fim, sofrendo apenas algumas alterações em relação ao seu projeto original. Os dois primeiros CIEPs de Americana foram inaugurados em 1991 e os seguintes foram inaugurados em anos posteriores, com grandes acusações de terem se tornado objetos de manobras políticas.

Porém, uma das grandes mudanças propostas pelos CIEPs, em relação a escola convencional, é a educação em período integral, onde além das disciplinas clássicas do currículo, são elaboradas outras atividades e oficinas extracurriculares como forma de ampliação do tempo da criança na escola. Num momento mais atual, os CIEPs se adequam a orientação do Governo Federal para a inserção das crianças de 6 anos no Ensino Fundamental.

Em documentos que apresentam o Ensino Fundamental, sua proposta pedagógica e sua organização dentro dos CIEPs não deixa claro de que forma

acontece a ampliação do tempo da criança na escola, porém o que é visível é que esta ampliação se dá pelo aumento de horas em sala de aula e de mais tempo para atividades lúdicas, que possibilitam uma diversificação da formação da criança, mas que tem uma ligação superficial com o currículo e com os conteúdos estudados. No entanto, é necessário destacar que, as crianças de 6 anos recentemente inseridas nos CIEPs, não são contempladas pelas atividades de oficinas.

Para as mães de alunos do CIEP, a forma que seus filhos são ensinados e a organização em que estão inseridos é necessária para a sua aprendizagem e para que os conteúdos fiquem inculcados em sua mente. Para as professoras, se há uma mobilização para que as professoras se organizem e planejem suas aulas em conjunto, que elas tenham voz para decisões da escola ou atividades que ocorrem nela como, por exemplo, as atividades extracurriculares, é possível desenvolver as capacidades dos alunos e contribuir ainda mais para a aprendizagem dos mesmos. Os alunos, que são os maiores interessados neste processo, vêem a educação em período integral como um tempo que lhe é roubado e que poderia ser mais bem aproveitado com brincadeiras ou simplesmente com o ato de não fazer nada.

Ao observar e vivenciar uma parte do tempo integral com parte das crianças atendidas pelo CIEP o que conclui é que a proposta em si, e o engajamento, principalmente das professoras envolvidas, na organização e planejamento do ensino são bem pautadas em teorias e na proposta que originou estas escolas, porém, algo que deveria ser observado e pensado neste processo é: há uma preocupação com os principais interessados pela educação integral, ou a ampliação do tempo na escola, que são os alunos que estão inseridos nela? É visando o melhor para estas crianças?

Inserir no Ensino Fundamental a criança de seis anos pode representar algo além de um cumprimento da legislação para a educação, é sim uma busca de ampliar o tempo desta criança na escola e assim, garantir a ela uma formação diversificada e global.

Para tanto, é importante lembrar que para que as mudanças educacionais aconteçam, são necessárias discussões e comprometimento dos governos, pais e professores, que tomem a criança como o foco principal de suas preocupações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de escola e qualidade na educação pública. Campinas, SP Educação e Sociedade v. 28 n. 100 out. 2007.
- CUNHA, Luis Antônio. Educação, Estado e Democracia no Brasil. São Paulo, SP: Cortez Editora, 1991.
- KRAMER, Sonia. A infância e sua Singularidade. Ensino Fundamental de Nove Anos – Orientações para a Inclusão da Criança de Seis Anos de Idade Brasília: MEC/SEB 2º edição, 2007.
- “Regimento das Escolas Municipais do Ensino Fundamental: Decreto nº 5312 de 20/08/2001”. Currículo – 2004 - Proposta de Reforma e Reestruturação do Ensino Fundamental. Secretaria de Educação de Americana/SP: Dezembro, 2003.
- RIBEIRO, Darcy. O Livro dos CIEPs. RJ: Bloch Editores S.A., 1986
- STOCK, Suzete. Entre a Paixão e a Rejeição: Um quadro histórico-social dos CIEPs. Americana, SP: Gráfica e Editora Adonis, 2004.
- ZAN, Dirce D. Pacheco e. Ensino Fundamental de Nove Anos: A quem interessa? Campinas, SP Com Ciência n. 72 dez. 2005.

Unidade de Ensino Fundamental		Ano Letivo de:
Escola:		
Endereço:		

[illegible]

1º Bimestre:

[illegible]

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

Assinatura do(a) Professor(a)

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

Assinatura do(a) Professor(a)

Pai ou Responsável	Professor(a)	Diretor(a)
--------------------	--------------	------------